

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO Nº 22/2013 REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, torna público que, na sala de reuniões, localizada à Avenida Padre Natal Pigatto, nº. 925 – bloco 07, nesta cidade, em ato público, será realizada licitação DE REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade de PREGÃO, na FORMA PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regida pela Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Municipal nº. 046/05, Decreto Municipal nº. 088/05, de 29 de julho de 2.005, pela Lei Federal nº. 8666/93, Lei Complementar nº. 123/06, Portaria nº. 322/2013 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital, sendo observadas as seguintes datas e horários.

- a) Credenciamento dos representantes das empresas interessadas dia 12/04/2013, às 14:00 horas;
- b) Abertura da sessão pública, com recebimento de envelopes com propostas de preços e documentos de habilitação dia 12/04/2013, às 14:00 horas;
- c) Abertura dos envelopes de proposta de preços dia 12/04/2013, às 14:00 horas.

1. APROVAÇÃO JURÍDICA DA MINUTA DO EDITAL E DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS.

A minuta do presente edital e da respectiva ata do Registro de Preços foi aprovada pelo órgão de assessoramento jurídico através do Parecer conforme o processo nº. 4537/2013

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto da licitação é AQUISICAO DE OLEO DESTINADO A VEICULOS PESADOS DESTA MUNICIPALIDADE, conforme especificação neste Edital e seus anexos.

3. DOS ANEXOS

Fazem parte integrante da presente Edital os seguintes anexos.

- a) Anexo I – Descrição do Objeto;
- b) Anexo II - Ata do Registro de Preços;
- c) Anexo III - Declaração que não explora o trabalho infantil;
- d) Anexo IV - Declaração da proponente de que não foi declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- e) Anexo V - Declaração do proponente, de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação;
- f) Anexo VI – Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

- g) Anexo VII - Declaração de não possui em seu quadro societário servidor público da ativa
- h) Anexo VIII - Declaração que cumpre todos os requisitos habilitatórios para este Pregão

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os representantes dos licitantes serão credenciados pelo Pregoeiro e deverão apresentar procuração, através de instrumento público ou particular com firma reconhecida, que lhes confira poderes para oferecer lances, negociar preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa licitante.

4.2. O representante, em sendo sócio ou dirigente da licitante, deverá apresentar cópia do respectivo contrato social ou estatuto, este acompanhado da ata de eleição da diretoria, no qual estejam expressos seus poderes.

4.3. Além do instrumento de mandato, deverão apresentar obrigatoriamente cédula de identidade ou documento equivalente.

4.4. Após o ato de credenciamento os licitantes deverão apresentar declaração de que atendem todos os requisitos de habilitação, sob as penas da lei, (**Anexo VIII**).

4.5. Se a empresa se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com a Lei Complementar nº. 123/06, para efeito de usufruir dos seus benefícios, apresentar ainda a declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/06, de 14 de dezembro de 2.006, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei (**Anexo VI**);

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Da participação

Somente poderão participar desta licitação, as empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, que desempenhem atividade pertinente e compatível com objeto deste edital, sendo vedada a participação de consórcios, das empresas com falência decretada, concordatárias, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Campo Largo;

5.2 Da habilitação

A habilitação à presente licitação será realizada mediante comprovação de:

- a) habilitação jurídica;
- b) qualificação técnica;
- c) qualificação econômico-financeira;

- d) regularidade fiscal;
- e) declaração de que não explora o trabalho infantil (**Anexo III**);
- f) declaração da proponente de que não foi declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas (**Anexo IV**);
- g) declaração do proponente, de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação (**Anexo V**);
- h) declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista (**Anexo VII**);

5.2.1 Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores,
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício,
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

5.2.2 Qualificação técnica

- a) **Se licitante que já forneceu produtos da mesma natureza à Prefeitura:** Apresentar atestado de Inexistência de Restrições de Fornecimento, solicitado na Secretaria Municipal de Administração, sito à Avenida Padre Natal Pigato, 925, datado de até 30 (trinta) dias antecedentes à data desta Licitação. A solicitação do atestado deverá ser feito com no mínimo 03 (três) dias, antecedentes a abertura da licitação;
Obs.: Os licitantes que já forneceram produtos da mesma natureza ao Município e não apresentarem o atestado acima referenciado, serão automaticamente desclassificados .
- b) **Se for pela primeira vez que esteja por fornecer:** Apresentar no mínimo 02 (dois) atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (em papel timbrado da empresa e/ou carimbo do CNPJ), certificando e atestando a qualidade do fornecimento com produtos/serviços da mesma natureza.
- c) Certidão de Registro na ANP - Agência Nacional de Petróleo
- d) Licença Ambiental, fornecida pelo órgão competente.

5.2.3 Qualificação econômico-financeira

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, podendo os mesmos ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório.
- b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes;

5.2.4 Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no CNPJ/MF;
- a) Prova de inscrição na Fazenda Estadual e/ou Municipal, quando for o caso;
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
- c) Prova da regularidade relativa junto ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

As propostas de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente, em envelopes fechados, com os seguintes dizeres, externamente:

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

“ENVELOPE” Nº. 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 22/2013

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

“ENVELOPE” Nº. 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO Nº. 22/2013

6.1 Da proposta

6.1.1 Para elaboração da proposta de preços, o fornecedor deverá acessar o site da Prefeitura através do endereço www.campolargo.pr.gov.br e no link **Empresas > Licitação > Listando Licitações > Programa para preenchimento de propostas do pregão presencial**, fazer o download do arquivo de instalação do **Programa LICITA (atualizado)**. Após instalar em seu computador, deverá solicitar o arquivo da proposta, enviando dados da empresa (razão social, nome fantasia, CNPJ, IE, endereço completo, CEP, telefones, banco, agência, conta, site, e-mail) através do e-mail licitacao@campolargo.pr.gov.br. Esse arquivo deverá ser importado no programa

LICITA. Após a digitação, a proposta deverá ser impressa (opção imprimir) e exportada para pendrive ou CD, o qual deverá ser apresentado no dia da licitação. A proponente que apresentar mídia em desconformidade com o programa licita, ou apresentar mídia que não tenha sido exportado a proposta da proponente e salva corretamente, ou ainda mídia que não funcione, será desclassificada automaticamente.

6.1.2. A proposta também deverá ser impressa, sem rasuras, contendo o objeto a ser licitado, a marca, o CNPJ da empresa licitante e estar assinada pelo seu representante legal.

6.1.3 Não serão consideradas propostas com ofertas de vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções as propostas não exigidas pelo presente Edital.

6.1.4 O preço deverá ser proposto em valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismos e por extenso, sendo o julgamento pelo menor valor cotado.

No preço ofertado deverão estar computadas todas as despesas incidentes, inclusive transporte, impostos e encargos sociais, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

6.2 O prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura da proposta comercial.

É vedada a sublocação expressa ou tácita.

6.3 Dos dados de Habilitação

6.3.1 Os documentos de habilitação serão, preferencialmente, arrumados na ordem em que estão citados neste edital, devendo todas as folhas ser rubricadas pelo titular da empresa licitante ou representante legal e numeradas em ordem crescente.

6.3.2 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

6.2 Dos dados de Habilitação

6.2.1 Os documentos de habilitação serão, preferencialmente, arrumados na ordem em que estão citados neste edital, devendo todas as folhas ser rubricadas pelo titular da empresa licitante ou representante legal e numeradas em ordem crescente.

6.2.2 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO

Declarada aberta a sessão, os credenciados entregarão ao pregoeiro os envelopes com as propostas de preços e os documentos de habilitação. Os envelopes de habilitação permanecerão lacrados sob a guarda do mesmo.

7.1 Da abertura dos envelopes com propostas de preços.

7.1.1 Os envelopes com as propostas de preços serão abertos imediatamente pelo pregoeiro, que verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando, preliminarmente, aquelas que estiverem:

- a) Em desacordo com este Edital,
- b) Em desacordo com o objeto da licitação.

7.1.2 Verificada a compatibilidade com o exigido no edital, serão ordenadas as propostas em ordem crescente de preços.

7.2 Dos lances verbais

7.2.1 Após a classificação das propostas, o pregoeiro a divulgará em alta voz, e convidará individualmente os representantes dos licitantes classificados a apresentarem lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

7.2.2 A desistência da apresentação de lance verbal, após a convocação realizada, implicará na exclusão da licitante da apresentação de novos lances, permanecendo o valor da proposta escrita para efeito de classificação final.

7.2.3 A rodada de lances verbais será repetida até que não haja nenhum novo lance verbal.

7.3 Do julgamento

7.3.1. O julgamento será feito pelo preço unitário da tonelada;

7.3.2 Encerrada a fase de oferecimento de lances verbais, as propostas serão reordenadas e o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta melhor classificada, quanto ao desconto e sua compatibilidade com os praticados no mercado.

7.3.2.1 Na hipótese de que a proposta ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte seja até 5% (cinco por cento) superior a de menor desconto apresentada por empresa sem essas características, a licitante tipificada como microempresa ou empresa de pequeno porte,

será convocada a apresentar nova proposta no prazo mínimo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

7.3.3 Superada a fase de classificação, o pregoeiro passará a abertura do envelope de documentos da primeira colocada, para exame.

7.3.4. Se o primeiro colocado não for considerado habilitado, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação.

7.3.4.1 Na hipótese de o primeiro colocado ser caracterizado como microempresa ou empresa de pequeno porte e houver restrição quanto à comprovação da regularidade fiscal, o Pregoeiro suspenderá a sessão e concederá 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização no prazo previsto implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8666/93, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.3.5 O pregoeiro divulgará a classificação final, procedendo a negociação do preço com a melhor classificada, na tentativa de obter um preço melhor.

7.3.6 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes deste logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começaram a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.3.7 Em não havendo recurso o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor.

7.3.8 Da reunião lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro e pelos licitantes.

7.3.9 Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases pré-estabelecidas, os envelopes, devidamente rubricados pelo pregoeiro e pelos licitantes, ficarão sob a guarda do pregoeiro, sendo exibido aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

8. DO DIREITO DE PETIÇÃO

8.1 Os licitantes que manifestarem interesse em recorrer, terão o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para fazê-lo, a contar da data da lavratura da ata, ficando estabelecido o mesmo prazo para apresentação, pelos demais licitantes, de

contra-razões, contado a partir do dia do término do prazo concedido para recurso.

8.2 Os recursos serão dirigidos ao Ordenador de Despesa, via pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de três dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Ordenador de Despesa, que proferirá a decisão em idêntico prazo, a contar do recebimento.

8.3 O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax e publicado no Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de Campo Largo.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 Inexistindo manifestação recursal, caberá ao pregoeiro a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador de Despesa, afixando-se a decisão no quadro de avisos.

9.2 Havendo interposição de recurso, após o julgamento, caberá ao Ordenador de Despesa a adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor, seguindo-se a competente homologação do procedimento licitatório, afixando-se a decisão no quadro de avisos.

10. DA VISTA DOS AUTOS

10.1. Os autos do processo da licitação estarão com vista franqueada aos interessados, com as cautelas de praxe, na Secretaria Municipal da Administração do Centro Administrativo Municipal de Campo Largo, sito à Av. Padre Natal Pigatto, 925 – bloco 07.

11. DA IMPUGNAÇÃO

11.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital, mediante petição escrita, protocolada na Secretaria Municipal da Administração.

11.2. O Ordenador de Despesa decidirá sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Em sendo acolhida a impugnação, ou se houver necessidade de alteração do edital, será designada nova data para realização da licitação.

12. DA REVOGACAO E DA ANULAÇÃO

12.1. O Ordenador de Despesa poderá revogar a presente licitação desde que presentes razões relevantes de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, antes da deliberação final sobre o desfazimento do certame licitatório.

13. DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

13.1 O prazo de entrega do objeto será de até 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da Ata do Registro de Preços.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado através da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, a qual procederá o mesmo, num prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do requerimento protocolado pela contratada, acompanhado da nota fiscal do material entregue e atestado o seu recebimento, juntamente com as CNDs. de regularidade junto ao INSS e ao FGTS.

14.2. Se houver erros no documento fiscal, desconsiderar-se-á a data do vencimento previsto, até que o erro seja sanado. O pagamento será realizado no 5º dia útil após a apresentação dos documentos corrigidos, sem encargos financeiros.

15. RECURSOS FINANCEIROS

15.1. Dotações Orçamentárias:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS
001	DIRETORIA GERAL
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
0027	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO VIÁRIA
2047	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS E VICINAIS
33903001030000	DIESEL

16. DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS.

16.1 Do prazo – considerações gerais

16.1.1. Fica estabelecido o prazo de até 03 (três) dias, a contar da data de homologação da licitação, para que o adjudicatário assine a ata ou retire o documento equivalente.

16.1.2. A vigência da ata será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

16.1.3. A Ata do Registro de Preços poderá ser rescindida mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela contratante quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93.

16.1.4. No caso de rescisão da ata do Registro de Preços, a contratada terá direito de receber os valores comprovadamente devidos até a data da rescisão sem que haja qualquer direito à reclamação ou indenização.

16.1.5. A Ata do Registro de Preços poderá ser suspensa unilateralmente pelo contratante, desde que devidamente justificados os motivos, pelo prazo legal previsto na Lei 8.666/93;

16.1.6. A Ata do Registro de Preços poderá ser alterada, na hipótese da ocorrência das situações previstas no artigo 13 do Decreto Municipal nº. 046/2005.

16.1.6.1. Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir o fornecimento (devidamente justificado e aceito pela Administração), os licitantes remanescentes poderão ser chamados para fornecer os materiais, desde que o preço registrado encontre-se dentro dos praticados no mercado.

16.1.6.2. Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser reduzidos. Caso os preços venham a ser reduzidos, os mesmos serão novamente registrados em Ata e publicados no Diário Oficial do Município de Campo Largo e/ou jornais de grande circulação.

16.2 Da manutenção das condições de habilitação

16.2.1. Para assinar a ata o adjudicatário deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando a habilitação à presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do ajuste.

17. DAS SANÇÕES

17.1 Recusando-se o adjudicatário a assinar a ata ou a retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no item 16.1 ou não comprovado as condições de habilitação, estará sujeito as seguintes sanções, assegurado o direito de ampla defesa.

- a) Multa de 50 % (cinquenta por cento) do valor de sua proposição de preços, e
- b) Impedimento em licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Campo Largo

17.2 Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da ata por dia de atraso na entrega do objeto do contrato.

17.3 Da cumulação de sanções

17.3.1. A sanção de suspensão do direito de contratar e licitar poderá ser aplicada cumulativamente com a multa, facultada a defesa previa, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de publicação na imprensa oficial.

17.4 Da convocação dos licitantes remanescentes

17.4.1. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do instrumento contrato, se recuse a assiná-lo ou a retirar o instrumento equivalente, poderão, a critério da Prefeitura Municipal de Campo Largo, ser convocados para assiná-lo os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

17.5 Da extensão das penalidades

17.5.1. A sanção prevista no item 17.1 – b – poderá, também, ser aplicada ao licitante que,

- a) Apresentar documentação falsa,
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto do certame,
- c) Não mantiver a proposta,
- d) Falhar ou fraudar a execução do contrato,
- e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº. 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94;

18.2 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita por cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

18.3 Serão publicados no Diário Oficial do Município de Campo Largo e/ou jornais de grande circulação, trimestralmente, os valores unitários utilizados pelas , referentes a esta Concorrência Pública.

18.4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

18.5. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou aumento daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador convocar as empresas registradas para negociar o novo valor;

18.6. Pode a presente Concorrência Pública ser revogada ou anulada, sem que caiba aos participantes qualquer indenização.

19. DAS INFORMAÇÕES

19.1. Informações complementares e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta feira das 09:00 às 11:30 h e, das 13:00 às 17:00 h pelo telefone 3291-5000 ou pelo e-mail licitacao@campolargo.pr.gov.br.

Campo Largo, 23 de março de 2013.

Janete T. Dalavali
Pregoeira

ANEXO I

Processo Administrativo nº. 4537/2013

OBJETO: AQUISICAO DE OLEO DESTINADOS A VEICULOS PESADOS DESTA MUNICIPALIDADE, conforme relação e quantidade e preço máximo abaixo:

Itens	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Máx. Total
00001	48000 0,000 0	LITRO	OLEO DIESEL METROPOLITANO (GARAGEM ITAQUI) OLEO DIESEL METROPOLITANO (BIODIESEL) CONFORME ESPECIFICACAO DA RESOLUCAO ANP Nº15, DA AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS, PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL DA UNIAO EM 19/07/2006, A SER ENTREGUE NO PATIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACAO E OBRAS NO BAIRRO ITAQUI - PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO, (INCLUSIVE DISPONIBILIZANDO UM TANQUE EM FORMA DE COMODATO PARA O ARMAZANAMENTO DO COMBUSTIVEL, COM CAPACIDADE DE 10.000 LITROS, BOMBAE FILTRO, DEVIDAMENTE INSTALADOS)		2,0900	1003200,0000
00002	12000 0,000 0	LITRO	OLEO DIESEL METROPOLITANO (3 CORREGOS) OLEO DIESEL METROPOLITANO (BIODIESEL) CONFORME ESPECIFICACAO DA RESOLUCAO ANP Nº15, DA AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS, PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL DA UNIAO EM 19/07/2006, A SER ENTREGUE NO PATIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DEVIACAO E OBRAS NO DISTRITO DE TRES CORREGOS - PERIMETRO RURAL DO MUNICIPIO, DISTANTE DA SEDE DO MUNICIPIO APROXIMADAMENTE 50 KM, (INCLUSIVE		2,1300	255600,0000

			DISPONIBILIZANDO UM TANQUE EM FORMA DE COMODATO PARA O ARMAZANAMENTO DO COMBUSTIVEIS, COM CAPACIDADE DE 5.000 LITROS, BOMBA E FILTRO, E 1 BACIA DE CONTENCAO MOVEL, DEVIDAMENTE INSTALADOS.			
--	--	--	---	--	--	--

NOTAS:

- 1) Prazo de entrega fixado: 12 meses
- 02) Local de entrega: Conforme necessidade e solicitação da secretária: Parque de Máquinas (Itaqui) e ou Três Córregos (interior)
- 03) Julgamento: item específico
- 04) Valor máximo total fixado: R\$ 1.258.800,00 (Um milhão duzentos e cinquenta e oito mil com oitocentos reais)
- 05) Validade da proposta: 60 dias
- 06) Tipo de licitação: menor preço
- 07) Forma de Pagamento: 15 dias após a liquidação da nota fiscal

DOTACAO ORCAMENTARIA PARA ESTA LICITACAO

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS
001	DIRETORIA GERAL
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
0027	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO VIÁRIA
2047	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS E VICINAIS
33903001030000	DIESEL

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2013

....., com endereço à
....., CNPJ/MF Sob o
..... através do seu representante legal,
....., R.G. nº.

CPF nº. _____, conforme instrumento em anexo, vem pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, firmada com a Prefeitura Municipal de Campo Largo – Pr., neste ato representado pelo Sr. Luiz Carlos Cecato, devidamente designado pelo Prefeito Municipal, obrigar-se ao quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 **O objeto desta ATA é o registro dos Preços da PROMITENTE devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada originária do Pregão Presencial nº. 22/2013.**
- 1.2 **Os preços da PROPONENTE constante desta Ata de registro de preços ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e do Contrato que venha a ser firmado entre a PROMITENTE e a Administração.**
- 1.3 **A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.**
- 1.1 **Fica a PROMINENTE obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.**

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 2.1 **O valor da presente Ata de registro de preços é o valor referente a R\$ (.....), constantes da proposta de preços apresentada no Pregão Presencial nº. 22/2013 , que é parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, fixo e irrevogável, inclusos todos os custos e despesas**

decorrentes de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza.

- 2.1 **Nas hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d” da lei 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico – financeiro do contrato, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração. O pagamento será efetuado mensalmente, após a entrega do objeto solicitado e a liquidação da despesa pela administração.**
- 2.1 **Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da contratada o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas.**
- 2.1 **O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pelo fornecedor, através de Nota Fiscal, em duas vias, após assinatura do Contrato e recebimento da Nota de Empenho.**

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE

- 3.1. **Esta Ata de Registro de preços tem validade de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, conforme inciso III §3º do art. 15 da lei nº. 8.666/93, art. 4º do decreto nº. 3.931/2001.**

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE

- 4.1 **Cumprir, integralmente, sob pena de cancelamento da presente Ata de registro de preços todas as cláusulas constantes dos contratos por ventura firmados.**
- 4.2 **Cumprir a presente Ata de Registro de Preços, nos termos aqui dispostos, sem prejuízo da cobrança da multa correspondente ao período total do atraso.**

CLÁUSULA QUINTA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

- 5.1 **Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente Ata, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido nas Normas tributárias.**
- 5.2 **A PROMINENTE declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de matéria, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nesta**

avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATO

- 6.1 Para cada fornecimento será assinado um contrato entre a licitante que tenha firmado a Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade compradora, com a emissão da respectiva Nota de Empenho.**
- 6.2 A adjudicatária será convocada para assinatura do contrato no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do envio da convocação.**
- 6.3 O não atendimento no prazo previsto no subitem 6.2 ou a recusa em assinar o contrato pela Adjudicatária, implicará das sanções previstas nesta Ata e no Edital.**

CLÁUSULA SÉTIMA – REVISÃO DE PREÇOS

- 7.1 Os preços deverão ser revistos por solicitação expressa da CONTRATADA/detentora do Registro de Preços, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico – financeiro do contrato.**
- 7.2 A cada pedido de revisão de preço deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.**
- 7.3 A critério da Administração, poderá ser exigido da Contratada lista de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início da sua vigência e numeração seqüencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.**
- 7.4 Na análise do pedido de revisão, entre outros critérios, o órgão gerenciador adotará para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas do reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais e outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.**
- 7.5 É vedado à Contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços, estando**

neste caso, sujeita às sanções previstas nesta e Ata e no Edital.

- 7.6 Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, a Administração verificar que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, convocará a PROMITENTE, através de correspondência oficial, para adequar os preços registrados aqueles oficialmente, reconhecido pelo órgão gerenciador, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação.
- 7.7 Na hipótese da PROMITENTE não efetuar a adequação dos preços de mercado, o órgão gerenciador, a seu critério poderá cancelar parcial ou totalmente a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES

- 8.1 Poderão ser aplicadas pela Administração à adjudicatária, as sanções previstas no art. 7º da lei 10520/02 e art. 87 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DA ATA

- 9.1 O órgão gerenciador poderá, desde que conveniente aos interesses administrativos, cancelar esta ATA, sem que com isso, o Fornecedor tenha direito a interpor recursos ou a indenizações.
- 9.1 O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do órgão gerenciador.
- 9.2 Esta Ata poderá ser alterada, na hipótese da ocorrência das situações previstas no artigo 13 do Decreto Municipal nº. 046/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

- 10.1 Fica eleito o foro da Cidade de Campo Largo – Pr., como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campo Largo, _____ de _____ de 2013.

ADMINISTRAÇÃO

FORNECEDOR/PROMITENTE

ANEXO III

Prefeitura do Município de Campo Largo
Campo Largo - PR

REF.: EDITAL DE PREGÃO Nº. 22/2013

DECLARAÇÃO:

Declaramos, para fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade, instaurado pelo Município de Campo Largo, que não possuímos, em nosso quadro funcional, menores de 18 anos exercendo trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de 16 anos exercendo qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Em de.....de 2013.

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(mediante instrumento legal que demonstre esta
condição)

ANEXO IV

Prefeitura do Município de Campo Largo
Campo Largo - PR

REF.: EDITAL DE PREGÃO Nº. 22/2013

DECLARAÇÃO:

Declaramos, para fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão na forma Presencial, instaurado pelo Município de Campo Largo, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Em de.....de 2013.

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(mediante instrumento legal que demonstre esta
condição)

ANEXO V

A
Prefeitura Municipal de Campo Largo

REF.: EDITAL DE PREGÃO Nº. 22/2013

A Empresa....., inscrita no CNPJ sob nº , Inscrição Estadual nº.....propõe a esta entidade a participação no certame licitatório, modalidade de Pregão na forma Presencial, acima referenciado.

DECLARAMOS QUE:

I) Recebemos todos os elementos e informações para cumprimento das obrigações objeto da licitação.

II) Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital de Licitação e a elas desde já nos submetemos.

III) Todos os documentos são originais ou cópia fiel.

IV) Nos bens oferecidos estão incluídas todas as despesas com encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

..... de de 2013.

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(mediante instrumento legal que demonstre esta
condição)

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2013

MODELO

**DECLARAÇÃO DE ESTAR ABRANGIDA PELOS EFEITOS DA
LEI 123/06 DE 14/12/2006**

**COM O OBJETIVO DE ATENDER AO
CONTIDO NO ÍTEM 5.2.4., DO PRESENTE EDITAL, PARA
PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº.22/2013 A EMPRESA
....., CNPJ Nº., DECLARA, PARA
TODOS OS FINS DE DIREITO, QUE CUMPRE OS REQUISITOS
ESTABELECIDOS NO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, DE
14/12/206, E QUE ESTÁ HABILITADA A USUFRUIR DO TRATAMENTO
FAVORECIDO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 42 A 49 DA REFERIDA
LEI.**

**E, POR SER A EXPRESSÃO DA
VERDADE,
FIRMAMOS A PRESENTE DECLARAÇÃO.**

LOCAL,DEDE 2013

NOME DA EMPRESA:

**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(mediante instrumento legal que demonstre esta
condição)**

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013

MODELO

Declaro sob as penas da Lei que a empresa,
CNPJ....., na qualidade de proponente do procedimento
licitatório supra, instaurado pelo município de Campo Largo, não possui em
seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa
pública ou de sociedade de economia mista.

LOCAL,DEDE 2013

ANEXO VIII

MODELO

DECLARAÇÃO

A empresa CNPJ nº., vem através do presente instrumento declarar que cumpre todos os requisitos habilitatórios para este Pregão Presencial nº. 22/2013.

Campo Largo....., de..... de 2.013.

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(mediante instrumento legal que demonstre esta condição)